Bolsas
Na quinta-feira
1,38% São Paulo
0,44% Nova York

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
132.730 — 131.671
30/9 1/10 2/10 3/10

Dólar
Na quinta-feira
R$ 5,473
(+ 0,53%)

Últimos	
27/setembro	5,436
30/setembro	5,447
1/outubro	5,464
2/outubro	5,444

Salário mínimo
R$ 1.412

Euro
Comercial, venda na quinta-feira
R$ 6,036

CDI
Ao ano
10,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
10,68%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Abril/2024	0,38
Maio/2024	0,46
Junho/2024	0,21
Julho/2024	0,38
Agosto/2024	- 0,02

APOSTAS ON-LINE

Medidas só virão após bloqueio de bets

Com a estimativa de 80% de queda no endividamento após a suspensão de 2 mil sites, governo optou por aguardar

» VICTOR CORREIA

O governo federal vai aguardar o resultado do bloqueio de bets ilegais, na semana que vem, para dar os próximos passos na regulamentação. Segundo a estimativa mais recente da Fazenda, apresentada ontem, dois mil sites e aplicativos de apostas serão bloqueados. Sobrarão entre 190 e 200 plataformas legais, que já pediram o credenciamento. O governo espera que a redução do mercado em mais de 80% já traga menor endividamento e casos de dependência.

O tema foi discutido ontem em reunião ministerial convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto. Não foram anunciadas medidas no momento, mas os participantes do encontro relataram que o governo deve restringir — não bloquear — o uso do Bolsa Família para as apostas, endurecer a fiscalização e o combate aos crimes, iniciar uma campanha de conscientização aos moldes da feita contra o tabaco e prestar apoio aos dependentes do jogo. Segundo fontes, os ministérios participantes devem divulgar uma portaria nos próximos dias criando um grupo de trabalho para avaliar as medidas.

Lula discursou, no início do encontro, e se mostrou preocupado com a situação. "Tem muita gente se endividando, muita gente gastando o que não tem, e nós achamos que isso tem que ser tratado como uma questão de dependência. Ou seja, as pessoas estão dependentes, as pessoas estão viciadas", declarou o presidente. Ele enfatizou que agiu para regulamentar as apostas assim que assumiu o cargo, em 2023 — as bets foram legalizadas no final de 2018, mas passaram mais de quatro anos sem regulação.

Em coletiva de imprensa após o encontro, o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan, declarou que o foco atual é o bloqueio das empresas que não pediram regularização à pasta. Ele falou em nova lista do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que também esteve na reunião. "A Fazenda divulgou ontem (anteontem) uma lista positiva de quem se dignou a nos fazer o pedido de autorização. Semana que vem, a gente estará fazendo a lista negativa, para que chegue às autoridades competentes e comece a derrubada dos sites irregulares", explicou.

Um dos pontos mais polêmicos e preocupantes para o governo segue sem definição clara: o uso de recursos do Bolsa Família para apostas. Estudo do Banco Central mostrou que, em agosto, os beneficiários, que estão em situação de vulnerabilidade, gastaram R$ 3 bilhões nos jogos. De acordo com o Ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, Lula autorizou medidas restritivas, mas não deve haver bloqueio total do benefício. A preocupação é que impedir os beneficiários de apostar pode configurar discriminação, e ferir as regras do programa, que preveem o repasse de recursos de uso livre para a população mais pobre.

"Estamos falando de um problema de jogos que atinge 52 milhões de brasileiros. Cerca de metade da população adulta. No público do Bolsa Família, estamos falando de aproximadamente 17% dos adultos. Não é razoável que a gente entre nessa de querer demonizar o público do Bolsa Família", comentou o ministro à imprensa.

Victor Correia/CB/D.A. Press

Após reunião com Lula, ministros explicaram quais serão os próximos passos. Entre as opções, está a restrição do uso do cartão Bolsa Família

Lavagem de dinheiro

Segundo interlocutores do governo, que participaram da reunião, há suspeita de uso do CPF de membros do Cadastro Único para lavagem de dinheiro, o que teria inflado a cifra levantada pelo Banco Central. Os crimes ligados às bets, outra grande preocupação do governo, estão sendo investigados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O chefe da pasta, Ricardo Lewandowski, destacou que a Polícia Federal combate ações de lavagem de dinheiro, evasão de divisas, sonegação de impostos e ligação com o crime organizado. Integrantes do governo apontam que o fato de duas mil plataformas nem sequer terem tentado se registrar legalmente indica o tamanho do problema. Muitos desses sites são estrangeiros. Lewandowski disse ainda que a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) apura casos de propagandas ilegais para crianças e adolescentes, propagandas irregulares em jogos de futebol, e a venda de celulares já com os jogos embutidos, o que também está proibido.

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, por sua vez, disse que a pasta estuda medidas parecidas com as de conscientização contra os riscos do tabaco, uma das mais bem-sucedidas no país. "Vamos passar a mensagem que bets fazem mal à saúde" declarou. Ela argumentou que os efeitos das apostas on-line são um fenômeno novo e de difícil contenção por sua velocidade, e defendeu que é preciso alterar a classificação internacional de doenças (CID) para separar o vício em apostas, já previsto, do vício em apostas pela internet.

Nísia também garantiu que a pasta vai reforçar o atendimento da rede pública para os dependentes. "Reforçaremos junto à atenção primária uma atenção especial para esse problema de Saúde. Fortalecimento dessa pauta nas equipes de saúde da família", enfatizou a ministra. "É um fenômeno novo, então seria errado dizer que está tudo feito. Temos que trabalhar na prevenção, no cuidado e de forma integrada em todo o governo", acrescentou.

POLÍTICA FISCAL

Deficit do governo no ano chega a R$ 100 bilhões

» RAPHAEL PATI

As contas públicas do governo registraram deficit primário de R$ 22,4 bilhões em agosto, segundo relatório divulgado ontem pela secretaria do Tesouro Nacional. O dado se refere ao chamado governo central, composto pelo Tesouro Nacional, Banco Central e pela Previdência social.

No acumulado do ano até agosto, o governo central atingiu deficit primário de R$ 100 bilhões.

Durante a coletiva para detalhar os números, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, comemorou a revisão da nota de crédito do Brasil pela agência de risco Moody's, de Ba2 para Ba1, concretizada no início da semana. A posição coloca o país a um passo do 'grau de investimento', que é uma colocação que indica que o país é bom pagador e não tem o risco de dar calote nos credores.

Na avaliação de Ceron, o Brasil já poderia ter grau de investimento, com base na metodologia aplicada pelas agências. "Pela metodologia da maior parte dessas agências, nós já poderíamos ter grau de investimento", disse. "Nós temos algumas penalizações qualitativas que seguram a nossa nota quantitativa, em função de algumas incertezas e riscos. Então é preciso fazer um debate um pouco mais técnico e concentrado sobre isso", complementou Ceron.

O secretário projetou que o país deverá receber grau de investimento até o fim de 2026, o que representaria, segundo ele, o "grande legado" para a política fiscal.

Deduções

Também ontem, foi publicada uma medida provisória (MP) que permite um prazo maior para instituições bancárias deduzirem perdas decorrentes de inadimplência da base de cálculo do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).

De acordo com cálculos realizados pelo Ministério da Fazenda, as novas regras devem gerar uma arrecadação extra de, pelo menos, R$ 16 bilhões em 2025. Esse valor adicional considera apenas as despesas do ano que vem, apesar de não constarem no atual Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA). Segundo o governo, esse valor poderia ser utilizado para outros projetos de lei que aprimorem o sistema tributário.

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Saldo negativo em agosto foi de R$ 22 bilhões, segundo Fazenda

MERCADO FINANCEIRO

Fitch eleva classificação de risco do banco Master

A agência de classificação de risco Fitch Ratings elevou a nota do banco Master de 'BBB (bra)' para 'A-(bra)'. De acordo com a avaliação, a instituição tem perspectiva estável e segue com Notas de Default de Emissor (IDRs) em 'B+' e de viabilidade em 'b+'.

De acordo com o relatório da Fitch, divulgado ontem, a elevação da classificação de risco do Master é reflexo da expansão estratégica e das aquisições realizadas pela instituição financeira. Essas ações foram impulsionadas por injeções de capital e pela geração de recursos próprios, além da estabilização do perfil corporativo, com níveis consistentes de liquidez, rentabilidade adequada e ativos estáveis. A instituição financeira reportou um aumento de 29% na receita operacional total no primeiro semestre de 2024 em relação ao ano anterior.

O relatório pondera que um crescimento baseado em aquisições apresenta riscos naturais, mas destaca que o Banco Master tem demonstrado "efetiva capacidade" de administrar esses desafios.

"Nossa expectativa é cada vez mais alta quando olhamos para o futuro. Temos avançado com nosso modelo de negócios, atualizando nossa política de controle de riscos a partir da diversificação de nossos produtos, canais de distribuição e, vemos, como consequência disso, uma melhora sustentada de resultados", avalia Daniel Vorcaro, presidente do Banco Master.

O CEO da empresa, Augusto Lima, afirma que o objetivo é entregar soluções mais diversificadas, de modo a atender a variados perfis de investidores. "Estamos construindo uma relação de confiança com nossos clientes, oferecendo soluções que realmente atendem às necessidades de cada um", comenta.